

Vol XIII, Núm 2, jul-dez, 2021, pág. 253-265.

CIÊNCIA/SABER, ESTADO, PODER E ALTERIDADE: DIALOGANDO COM BOURDIEU, FOUCAULT E BRUNO LATOUR NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.

Jordeanes do N. Araújo
Renan Bergo da Silva

RESUMO

Desde Maquiavel, passando por Weber e Marx, o *Poder* tornou-se um fenômeno cujo conceito tem sido amplamente discutido nos campos das Ciências Sociais, bem como em outros campos do saber científico. Atrelado ao estudo do *Poder*, a noção de *Estado* emergiu como conceito analítico, permeando análises consideradas clássicas (de Hobbes à Weber). Os desdobramentos destes conceitos são de importância capital para a compreensão das transformações do mundo contemporâneo, sobressalentemente no que toca aos processos de dominação vigentes no mundo social. Iniciaremos essas ponderações questionando como essas categorias, isto é, *Poder* e *Estado*, interferem nas formas de saber/ciência e se ainda são válidas na formulação de uma teoria social radical, que dê conta de intrinchar questões relacionadas a problemas sociais e diferenças, presentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: Poder, Estado, Contemporâneo

CIENCIA / CONOCIMIENTO, ESTADO, PODER Y ALTERIDAD: DIÁLOGO CON BOURDIEU, FOUCAULT Y BRUNO LATOUR EN LA ESCENA CONTEMPORÁNEA

RESUMEN

Desde Maquiavelo, a través de Weber y Marx, el Poder se há convertido en un fenómeno cuyo concepto ha sido ampliamente discutido en los campos de las Ciencias Sociales, así como en otros campos del conocimiento científico. Vinculada al estudio del Poder, la noción de Estado surge como concepto analítico, impregnando análisis considerados clásicos (desde Hobbes hasta Weber). Las consecuencias de estos conceptos son de fundamental importancia para comprender las transformaciones del mundo contemporáneo, especialmente en lo que respecta a los procesos de dominación vigentes en el mundo social. Comenzaremos estas consideraciones cuestionando cómo estas categorías, esto es, Poder y Estado, interfieren en las formas de conocimiento / ciencia y si siguen siendo válidas en la formulación de una teoría social radical, que sea capaz de intrinchar cuestiones relacionadas con los problemas y diferencias sociales, presentes en la tiempo contemporáneo.

Palabra clave: Poder, Estado, Contemporâneo

Considerações iniciais

Desde Maquiavel, passando por Weber e Marx, o *Poder* tornou-se um fenômeno cujo conceito tem sido amplamente discutido nos campos das Ciências Sociais, bem como em outros campos do saber científico. Atrélado ao estudo do *Poder*, a noção de *Estado* emergiu como conceito analítico, permeando análises consideradas clássicas (de Hobbes à Weber). Os desdobramentos destes conceitos são de importância capital para a compreensão das transformações do mundo contemporâneo, sobressalentemente no que toca aos processos de dominação vigentes no mundo social.

Iniciaremos essas considerações questionando como essas categorias, isto é, *Poder* e *Estado*, interferem nas formas de saber/ciência e se ainda são válidas na formulação de uma teoria social radical, que dê conta de intrincar questões relacionadas a problemas sociais e diferenças, presentes na contemporaneidade.

Com efeito, para animar tal discussão poderíamos partir da *episteme* foucaultiana, que compreende as práticas discursivas construídas mediante relações de força ao longo da história, ou perceber como as ciências naturais construíram formas de classificação que permitiu a fragmentação da Ciência em ciências e promoveu a separação entre natureza e cultura. Ou poderíamos dar as mãos a Bourdieu, especialmente às suas ideias relativas a *teoria da prática* e a formulação das noções de campo social, adotando a postura de um observador capaz de enxergar o que os indivíduos comuns não conseguiriam perceber, denunciando a alienação destes ou considerando-os vítimas passivas da ação de propaganda e doutrinação operada pelo “sistema” através das instituições públicas (as educativas) e de uma mídia funcional aos interesses das elites socioeconômicas. De outra maneira, poderíamos juntá-las, ou seja, perceber que em Foucault e Bourdieu há pontos comuns e divergentes, para um diálogo profícuo no campo das ciências sociais. Mesmo assim, ainda ficaríamos presos ao paradigma racionalista tão presente em Bourdieu quanto em Foucault. Por outra via, poderíamos repensar a principal pretensão do saber científico do início do século XX, ou seja, a descobrir as leis universais de ordenação e evolução do universo – tão cara aos funcionalistas e estruturalistas – fazendo da desordem encontrada no mundo apenas um fenômeno de superfície, passageiro e indesejável. Ou poderíamos, ainda, coadunar

as análises boudieuzianas e as foucaultianas com uma terceira teoria que apresenta o mundo como que experienciando uma substituição, passando da pretensão de uma ordem absoluta e homogênea das coisas e dos homens a um desejo imenso de flagrar, de fazer eclodir a vida em todas as possibilidades, tanto na ciência, na filosofia, na política como na esfera pública, como vemos em Latour (1994). Esse último caminho nos parece mais útil para o desenvolvimento da problemática a que ora nos propomos.

De fato, se quisermos problematizar o Estado, a Ciência e a Alteridade, a primeira coisa é perceber que o decisivo no jogo da ordem e da desordem, que marca todas as dimensões da realidade, vem a ser justamente a força da "diferença", dado que “existir é diferir” e podemos dizer que, de certo modo, “a diferença é a dimensão substancial das coisas, aquilo que ela tem de mais comum, pois toda ordem é finita, apenas justificando pela gestação das desordens criadoras” (TARDE 2003, p.12).

Diante de tais questões, o presente trabalho se propõe a estabelecer um diálogo com as perspectivas apresentadas fundamentalmente por **Michel Foucault**, **Pierre Bourdieu** e **Bruno Latour** no que concerne às suas análises relativas ao discurso de poder, estado e ciência com o fito de demonstrar os efeitos desses discursos na sociedade.

Bourdieu e Foucault – aproximações e afastamentos ou como tornar o poder visível.

Dois dos mais importantes renovadores das ciências sociais da segunda metade do século XX, estes pensadores franceses mantiveram um diálogo com correntes teóricas que os antecederam, notadamente o estruturalismo e o marxismo, ainda que rompam com muitos dos pressupostos estabelecidos por essas abordagens. Eles também mantiveram um diálogo entre si, mesmo que não explicitado pelas obras que lemos durante o curso. Este diálogo pode ser vislumbrado nos objetos que são caros a ambos e, mais precisamente, em um objeto que apresenta grande protagonismo em suas obras, qual seja, o *poder*.

O poder animou boa parte da produção de ambos, em certos momentos esse objeto aproxima suas análises e em outros as afasta. Estas aproximações e afastamentos constatáveis na teorização da categoria poder - bem como entre outras que a ela se

relacionam, como violência, ciência, dominação e Estado - praticada pelos dois autores será exposta nesta seção.

Uma primeira aproximação pode ser vista na questão da manutenção do poder via aspectos simbólicos, não materiais, do mundo social. Ou seja, para falar de maneira simples – e, reconhecemos, um pouco redutora, dada as limitações de espaço desse trabalho – de formas de violência que não se exercem fisicamente, ao menos não imediatamente, o que Bourdieu caracteriza como *violência simbólica*. São técnicas e táticas de produção, reprodução e manutenção do poder que atuam antes nos planos discursivos e simbólicos que na materialidade do mundo real. Ainda que, desnecessário dizer, provoca efeitos no mundo físico. Como alude Bourdieu, o poder simbólico é “capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.”(1989, p.15).

Para Bourdieu, a relação, na questão do poder, entre o simbólico e o real estaria configurada no fato de que o Estado cria nossas categorias mentais que são reiteradas na realidade social, nossas percepções dessa realidade aparecem como inscritas, a-históricas, óbvias, *taken for granted*. O estado é responsável pela *doxa*, “essa espécie de crença que nem sequer percebe a si mesma como crença” (BOURDIEU, 2014, p.250). De modo que a “adesão a doxa é mais absoluta que uma ordem social possa conseguir.” (*Ibid.*, p.250). O Estado intervém nas nossas categorias cognitivas e de percepção e a elas faz corresponder a sua ordem. Bourdieu é capaz de chegar a essas considerações pela originalidade de seu pensamento, que se questiona – com David Hume, que cita – como é possível que a manutenção da ordem, que a reprodução social seja fato tão corriqueiro uma vez que os dominados estão em maior número (quer dizer, detém mais força no sentido físico) que os dominantes. O que garante a dominação?

A ênfase num aspecto não material da realidade aproxima os dois autores e marca sua diferença com análises sociais mais tradicionais, como o materialismo histórico por exemplo. Boa parte dos debates que esses autores travaram em vida foi com adeptos do marxismo e do materialismo histórico, que tendem a não ver com bons olhos, as análises que se afastem da materialidade. Essa indisposição de cientistas sociais de formação tradicional com a obra de ambos talvez explique em parte a demora para que estas mesmas obras encontrassem seu lugar dentro da academia brasileira. Se é que elas já o encontraram, uma vez que, por aqui, ainda parecem suscitar certa desconfiança.

Mas, como aludíamos, o que nos interessa por hora é a identificação e importância que ambos dedicam aos aspectos não materiais na análise social, em especial na questão do poder. Aspectos que quando se manifestam no plano da realidade material, manifestam-se de maneira muitas vezes sutil, exigindo do analista uma atenção para a miudeza, para características do mundo material que num primeiro olhar pareceriam não estar contaminados pelo poder, pela disputa e pelo conflito. Como exemplo, podemos aventar a agudeza com que Foucault entreve práticas de poder e violência em um terreno tão unsuspeito quanto o da arquitetura. Dentro dessa perspectiva é que se insere sua célebre análise do panóptico.

Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, as quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos. (FOUCAULT, 2002, p.211).

Bourdieu por sua vez, como dissemos, nos mostrou como práticas de manutenção de poder são mais bem sucedidas quanto menos declaradas, e como a doxa mantém a coesão cognitiva, moral e social. “A doxa é responder sim a uma pergunta que eu não fiz” (BOURDIEU, 2014 p.250). Tal qual na obra de Foucault, Bourdieu encontra práticas de manutenção de poder em lugares inusitados para as ciências sociais de então. Lugares como os esportes, as artes e os gostos das pessoas operam distinções sociais utilizadas para a manutenção de desigualdades materiais e de poder.

Ainda que essa valorização dos aspectos não imediatamente materiais nas análises os aproxime e ainda que encontrem manifestações de poder em lugares incomuns, como já havíamos apontado encontram-se também afastamentos teóricos entre os autores. Um aspecto que distancia suas proposições é o que poderíamos identificar como o lugar do Estado no que diz respeito à sua relação com o poder. Dito de outra forma, a questão de qual é o lugar e onde se manifesta, se produz e se reproduz o poder.

As análises de Bourdieu nos pareceram ligar de maneira mais evidente o poder com o Estado, ao menos na sua exposição sobre o processo de acumulação dos vários

capitais na formação histórica do Estado, donde resultaria o poder quase mágico desta mesma instituição. O poder nessa análise parece ter um lugar senão único, ao menos privilegiado de manifestação. Diremos novamente: esse lugar é o Estado. É o que inferimos da seguinte passagem:

A acumulação, pelo mesmo poder central, de diferentes espécies de capital gera uma espécie de metacapital, isto é, um capital que tem a propriedade particular de exercer poder sobre o capital. (...). Entre outras definições possíveis, poder-se-ia dizer que o Estado é *meta*, que é um poder acima dos poderes. Analisar a acumulação das diferentes formas de capital é dar-se os meios de compreender porque o Estado é associado à possessão de um capital que tem poder sobre as outras espécies de capital. (BOURDIEU, 2014:266).

A percepção foucaultiana não evidencia o Estado como “um poder acima dos poderes”. Antes o poder encontra-se atravessando todo o tecido social, manifestando-se em relações aparentemente inocentes. Essa difusão do poder pelo corpo social vai gerar implicações teóricas (e práticas) diferentes das de Bourdieu. É em relação a essa concepção que Foucault não pensa que basta tomar o Estado para resolver as questões do poder (como talvez pensasse um marxista tradicional), uma vez que outras instituições do mundo social, incluindo partidos e sindicatos, manifestam um poder tão nefasto (senão em alcance ao menos no terreno moral) quanto o do Estado.

Numa passagem de uma das entrevistas contidas no livro *Microfísica do Poder*, Foucault esclarece as dificuldades que teve para formular seu conceito de poder e o que diferencia essa sua concepção das outras concepções comuns à época.

Posso dizer que certamente houve uma incapacidade [de como colocar a questão do poder] que estava sem dúvida ligada à situação política em que nos achávamos. Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era

analisada. Só se pode começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política. (FOUCAULT, 2002: 06).

Ainda em passagem do mesmo livro, Foucault deixa claro aquilo que fazíamos menção a pouco, o lugar do poder. Diz ele, “Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.” (FOUCAULT, 2002, p.71). Ou ainda, “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.” (*Ibid.*, p.221).

Um dos expoentes da arte do século XX, Paul Klee, dizia que “a arte não reproduz o visível, ela torna visível.” Parafrazeando-o poderíamos dizer que uma entre as muitas qualidades dos dois autores que analisamos nesta seção é justamente tornar visível o poder, lá mesmo onde ele menos se apresenta enquanto tal. Foucault (2002:71) diz da teoria que ela é uma prática, uma “Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso”. E Bourdieu dirá que,

é necessário saber descobri-lo [o poder] onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989:09)

Ao tornarem visível o poder, essas autores talvez não tenham feito, como Klee, arte; mas certamente fizeram ciência e mudaram todo o panorama das ciências sociais que aí estão e que ainda virão.

Reatando o “nó górdio” com LATOUR

Bruno Latour aproxima-se de Michel Foucault quando passa a refletir sobre a constituição moderna do *Saber* que impossibilita pensar o "mesmo e o "outro", o inclassificável, isto é, o "híbrido" e os efeitos dos processos de classificação. Nesse

sentido, é interessante a afirmação de Latour (1994:47): "quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam. Quanto mais a ciência é absolutamente pura, mais se encontra ligada a construção da sociedade". Dessa feita, a "Constituição moderna" acelera ou facilita o desdobramento dos coletivos, mas não permite que sejam pensados.

Com efeito, o exemplo clássico estaria ancorado na perspectiva estruturalista que dinamizou a ideia de "sociedades quentes" versus "sociedades frias" ou, como quer Latour, modernos versus pré-modernos. Nessa abordagem linear, apenas um tipo de sociedade poderia ser pensada, por que constituída de uma historicidade. A outra, apenas retroalimentaria a primeira como comparação, sendo classificada como "povos sem história".

Tais perspectivas, Latour e Foucault, coadunam-se apontando para os tipos de classificação burlesca que ocasionam a impossibilidade de se pensar "o mesmo" e o "outro". Se admitirmos que o ocidente está produzindo conhecimento há cinco séculos usando a classificação como ferramenta metodológica, veremos que a classificação não é nada além de um modo de pensar o outro, de representar o outro e não de percebê-lo como o mesmo; é, antes de tudo, um modo de pensar o outro como invenção de si mesmo.

Nesse sentido, poderíamos reatar o "nó górdio" preso pela invenção moderna que separou natureza e cultura como unidades transcendentais distintas, corroborando, assim, com a asserção de Latour, a de que "jamais fomos modernos", pois a separação entre natureza e cultura nunca ocorreu. Nessa tentativa, Latour busca restabelecer um princípio de simetria antropológica, de historicidade, de continuidade, e, vale lembrar, de justiça.

Mas antes de continuarmos, iremos recuar um pouco para visualizar como Latour reata o "nó górdio", ou seja, como o mesmo desembaraça a chamada "Constituição Moderna" ao desnudar a contaminação da Ciência pelo efeito da ideia de purificação científica que constrói os *matters of fact*¹. Para além disso, a incansável luta de Latour é sempre reatar o "nó górdio" atravessando o corte que separa os conhecimentos exato e o exercício do poder, ou a natureza e a cultura.

¹ Em tradução literal, seria "questões de fato" ou, na interpretação de Latour, a produção da ciência através do fato.

O mundo contemporâneo não pode mais ser apropriado de maneira fragmentária, pois os problemas do cotidiano são apresentados de maneira “híbrida”. Torna-se, assim, necessário estabelecer uma síntese teórica que nos possibilite analisar a realidade de maneira simultaneamente científica, sociológica e por meio da teoria da linguagem. Esse seria o início da crítica de Latour.

Para o autor, há uma “crise da crítica” (LATOURE, 1994:11) na ciência contemporânea, que acabou por produzir uma crise de propostas e o fim das utopias. Nenhuma teoria é hoje capaz de restabelecer a unidade do pensamento que dê conta dos problemas cotidianos e que possa apontar para o futuro.

Frente a isso, é nesse mundo de incertezas que a “crise da crítica” pode ser delineada, pois até então os críticos haviam desenvolvido três repertórios distintos ao referirem-se ao nosso mundo: a naturalização, a socialização e a desconstrução, representados por três autores: Changeux, Bourdieu e Derrida.

Quando o primeiro fala de fatos naturalizados, não há mais sociedade, nem sujeito, nem forma de discurso. Quando o segundo fala de poder sociologizado, não há mais ciência, nem técnica, nem texto, nem conteúdo. Quando o terceiro fala de efeitos de verdade, seria um atestado de grande ingenuidade acreditar na existência real dos neurônios do cérebro ou dos jogos de poder (LATOURE, 1994:11).

Entretanto, se cada uma dessas modalidades de crítica é potente em si mesma, não podem ser combinadas com as outras. A resposta do autor é repensar os problemas do mundo contemporâneo e tratá-los como um conjunto de “redes” que atravessam esses três paradigmas - “objetivista”, “sociologizante” e “semiótico” - pois, não sendo apenas de natureza objetiva, social ou discursiva, são, ao mesmo tempo, reais, coletivas e discursivas.

Latour nos revela que as epistemologias do século XX não conseguiram visualizar as “redes” que atravessam os fatos, o poder e o discurso. Dessa forma, para autor:

Os fatos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social porque ele está povoado por objetos mobilizados para construí-lo. O agente desta construção provém de um conjunto de práticas que a noção de desconstrução capta da pior maneira possível (LATOURE, 1994:12).

É através desse diagnóstico preliminar que o autor busca levantar algumas hipóteses a respeito da "constituição moderna" do saber da ciência. Segundo Latour, o termo moderno congrega dois conjuntos de práticas distintas:

O primeiro conjunto de práticas cria, por tradução misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por purificação, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não humanos, de outro. Sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias ou supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado ou mesmo interdito (LATOURE, 1994:16).

A manutenção da referida distinção ontológica – que permite a separação das análises científicas, sociológicas e semióticas – produz uma indefinida “proliferação dos híbridos”. Portanto, enquanto não superarmos a distinção cultura/natureza, humano/não-humano, nossas atividades serão uma contínua construção de problemas e situações interpretados como possuindo natureza científica, política, social, econômica, ideológica.

Ora, como construir então, essa dupla separação, que divide entre o que está acima e o que está abaixo, de um lado, e entre os humanos e os não-humanos, de outro? A tal questionamento, Latour procura responder descrevendo como a ciência se constituiu ao longo dos séculos na representação de Boyle e Hobbes.

A crítica de Bruno Latour diz respeito ao tipo de ciência que foi construída no século XIX, particularmente aquelas representadas por Boyle e Hobbes na fabricação dos fatos científicos. Tal modelo permitiu a separação entre "Ciência e ciências" (LATOURE, 2004). Este mesmo modelo adentra no século XX marcado por uma característica fundamental, a ideia de uma "ciência pura" que procurava e procura, a todo momento, eliminar os processos de mediação entre natureza e cultura.

“Eles [Boyle e Hobbes] inventaram nosso mundo moderno, um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social. (...) Os dois ramos do governo elaborados por Boyle e Hobbes só possuem autoridade quando claramente separados.(...) Cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e tecnologia” (LATOURE, 1994:33-34).

Por um lado, uma natureza que poderia e pode ser criada no laboratório, através dos processos experimentação, na representação do laboratório, e, por outro, uma sociedade que, ao mesmo tempo, é constituída de práticas discursivas e é também construída socialmente.

Por tais vias, separa-se por meios de purificação científica as formas de explicação do que seja sociedade e do que seja natureza. A Constituição Moderna tentou sintetizar a natureza, o discurso, a sociedade, o ser, numa única realidade, a realização moderna, sendo que "a síntese é impossível enquanto permanecemos realmente modernos, já que a natureza, o discurso, a sociedade e o Ser nos ultrapassam infinitamente" (LATOURE, 1994:88).

A alternativa de Latour (1994) é deslindar uma dupla ruptura, rompendo com o eterno fechamento da linguagem e o ciclo das representações sociais, desejando, com isso, acessar as coisas em si, e não apenas seus fenômenos, pois, para o autor, o real não está longe, mas sim acessível em todos os objetos mobilizados ao redor do mundo.

Estamos cansados do domínio eterno da natureza transcendente, que não se pode conhecer inacessível, exata, e simplesmente verdadeira, povoada de entidades sonolentas como a bela adormecida, até o dia em que os belos sábios finalmente as descubram.[...] Vocês não estão cansados destas sociologias construídas sobre o social que se sustentam através da simples repetição de das "poder" e "legitimidade" porque não podem encaixar nem o mundo dos objetos nem o das linguagens que, no entanto, as constroem? (LATOURE, 1994, p.88-89)

Assim, nem tudo é discurso, jogos de linguagem, construções sociais; nem tudo é naturalizante. Todo o processo de conhecimento é sempre mediado por outros processos de agenciamentos (DELEUZE,1995) naturais, sociais, linguísticos. O conhecimento deve partir dos processos de mediação e não das extremidades onde se encontram Natureza e Cultura.

Por fim, a antropologia simétrica desenvolvida por Latour, tem como pretensão no mundo contemporâneo, eliminar os cortes epistemológicos que possibilitam distinguir as ciências “sancionadas” e as ciências “proscritas”, as divisões artificiais entre as sociologias do conhecimento, das crenças e das ciências. Ou seja, o antropólogo, o sociólogo ou o cientista social “simétrico” das sociedades modernas não deverá basear-se na separação criada por sua própria cultura, mas deverá tomar aquilo

que a ciência considera “verdadeiro” e aquilo que ela considera “falso” nos mesmos termos. Isso é possível porque a distinção daquilo que é verdadeiro daquilo que é falso é uma construção histórica, cultural, não emergindo naturalmente dos fatos, como quer a “Constituição” dos saberes.

Considerações finais

Procuramos apresentar algumas leituras de Bruno Latour, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Cada um destes autores, a seu modo e com estilos e proposições próprias, que por vezes se tocam, por vezes se afastam, nos ofereceram trabalhos e leituras de grande importância. Suas obras não apenas formulam de maneira original temas clássicos das ciências sociais como Estado, poder, saber /ciência e alteridade, entre muitos outros, como também conectam esses temas a uma série de problemáticas contemporâneas, contribuindo para uma bem-vinda atualização dos estudos em ciências sociais.

Mesmo que tenham encontrado e ainda encontrem resistência por parte de intelectuais e abordagens que dominaram o campo (para falar com Bourdieu) da sociologia, ciência política, antropologia e mesmo a filosofia até a primeira metade do século XX, o impacto e influência de seus trabalhos não deixa dúvidas a respeito de novos voos para essas disciplinas.

Esperamos ter feito justiça, com essa breve e singela exposição, à potência criadora do pensamento dessas figuras polêmicas, e fazemos votos para que sua audácia teórica contamine outros pensadores por muitos anos ainda.

Enfim, o maior desafio hoje, talvez seja, aproximar e construir um diálogo explorando e juntando as capacidades teóricas de Latour, Bourdieu e Foucault, se não formos capazes de construir tal diagnóstico dessas potências criadoras, sempre iremos esbarrar na simples crítica do social, ou num certo sentido, parafraseando Tarde (2003, p.57), significa imitar os antigos astrônomos que, "em suas quiméricas explicações do sistema solar, partiam do círculo e não da elipse, sob o pretexto de que a primeira figura era mais perfeita. A diferença é o alfa e o ômega do universo".

Referencias

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p.7-16.
- _____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DELEUZE, Gilles e GUATARI, Félix. **Mil platôs**. São Paulo: ed 34, V I, 1995.
- DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LATUOR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1994.
- _____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: EDUSC, 2004.
- TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido: 4/2/2021. Aceito: 20/4/2021.

Autores:

Jordeanes do N. Araújo - Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP. Professor de Antropologia no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira.

Email: jordeanes@ufam.edu.br

Renan Bergo da Silva - Mestre pelo o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Unesp. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo.

E-mail: renanbergo@gmail.com